

O LIBERAL
Belém / PA
17/11/83

Lucio Flavio Pinto

4/1/88 O rio seco

POVOS INDIGENAS NO BRASIL : C DOCUMENTAÇÃO CODD 39 DATA 25/11

Durante três meses, a partir de junho do próximo ano, o rio Tocantins começará a ser fechado para que se forme o maior reservatório de água do país e o segundo da América Latina, que vai garantir a geração de quatro milhões de kw de energia na hidrelétrica de Tucuruí. Nesse trecho, a 300 quilômetros de sua foz, o Tocantins — sétimo maior rio do mundo, com 2.500 quilômetros de extensão — deixará de despejar sua vazão de água, que varia entre o mínimo de 1.500 metros cúbicos e o máximo de 60 mil metros cúbicos por segundo. Em dezembro, com 45 bilhões de metros cúbicos de água armazenados em um lago artificial de 2.430 quilômetros quadrados, a situação poderá voltar a normalizar-se.

Nesse período, diversos órgãos, à frente a Eletronorte, responsável pela obra, terão que tomar muitas providências para prever e atenuar os efeitos que serão causados pelo fechamento do rio e pela formação do reservatório, tanto a montante, como a jusante do Tocantins. A Eletronorte prevê, entre as principais modificações no meio ambiente, pequenas alterações no micro-clima local, extinção de parte considerável da fauna e da flora na região alagada, alterações na qualidade da água e no regime do rio, com reflexos na ictiofauna, tanto no próprio reservatório como a jusante, e mudanças nos hábitos da população.

Desde 1980, o Inpa (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia), contratado pela Eletronorte, vem estudando o impacto ecológico da grande represa, com 7,5 quilômetros de extensão e 100 metros de altura. Os resultados desses estudos, alguns ainda não conclusivos, têm suscitado intensa discussão entre técnicos e cientistas, sobretudo porque o lago irá inundar 107 milhões de toneladas de massa vegetal, que deveriam ter sido transformadas em dólar pela Agropecuária Capemi, vencedora da concorrência para a exploração florestal, mas continuam quase intactas, à espera da submersão.

Enquanto todas as atenções se concentram nas repercussões do represamento acima da barragem, só em julho a Eletronorte elaborou o "plano de controle de consequências a jusante durante o enchimento do reservatório de Tucuruí". O trabalho ainda é preliminar e confidencial, circulando apenas entre um número reduzido de instituições oficiais.

Os técnicos responsáveis pelo estudo admitem que a redução da vazão do rio Tocantins, em consequência do fechamento das comportas da represa, é, em si mesmo, um problema complexo "em virtude do significado do rio para a vida, não só das populações que vivem às suas margens, mas também da-

queles que, mais afastados, dependem dele para as suas atividades fundamentais básicas".

A retenção das águas do rio vai afetar diretamente 107 mil pessoas, residente em 115 localidades espalhadas na área posterior à barragem. A disseminação populacional, admitem os técnicos, "pode vir a representar um dos problemas sérios" para o plano de controle das consequências, "na medida em que se trata de população praticamente isolada e sem infra-estrutura qualquer que não seja o próprio rio".

Dos 107 mil habitantes, 40 mil moram em 93 "sítios", onde não há "a mínima condição de atendimento médico, de possibilidade de armazenagem de alimentos ou de comunicação rápida com alguns aglomerados mais próximos". Uma outra parcela de moradores vive em ilhas, deslocando-se, porém, para a terra-firme durante o período de cheias e retornando posteriormente às várzeas.

Os técnicos concluem que o conceito de "vazio demográfico", utilizado para caracterizar a Amazônia, não é adequado para as margens do Baixo-Tocantins: "mesmo nas porções "desocupadas" encontram-se construções que, em determinada época, são habitadas pelos ribeirinhos", observam no documento, mostrando as dificuldades que surgirão para a execução do plano.

O represamento de águas vai afetar o item básico da alimentação na região, que é o peixe. Também dificultará ou mesmo impedirá o uso do principal meio de transporte, que é o Tocantins. Prejudicará também o suprimento de água para consumo humano e vai influir sobre as condições higiênicas e sanitárias da área, já que o rio é o destino final de boa parte dos dejetos. Os técnicos alertam que na região, "mesmo sem o problema de redução do fluxo do rio, existe situação sanitária propícia à existência e desenvolvimento de estados endêmicos e patogênicos de diversos tipos", que é agravada "pelos escassos recursos de pessoal e equipamentos médico-sanitários, o que pode aumentar a vulnerabilidade da população a surtos provocados por qualquer evento modificador do meio ambiente local". A nova situação que se constituirá a partir de junho poderá tornar-se ainda mais propícia às doenças.

A queda no fluxo de água poderá até mesmo provocar a interrupção da comunicação, pelo rio, entre pequenas localidades e suas respectivas sedes municipais, impedindo o transporte de mercadorias, o tráfego de pessoas (inclusive crianças que vão à escola de barco) e mantendo isoladas várias comunidades.

São problemas sérios, mas apenas delineados.